CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 524/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos

- Lei Federal nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que Institui a Política Nacional de Cuidados.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.949, de 6 de julho de 2009, que institui o Programa de Incentivo à Rede de Comércio Solidário da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.336, de 05 de abril de 2007, que institui o Dia do Cuidador Voluntário, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.809, de 14 de junho de 2013, que institui o Programa Social Centro Dia do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.061, de 13 de agosto de 2014, que institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.344, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
.
- Decreto Municipal nº 32.066, de 18 de agosto de 1992, que institui Programa de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 49.070, de 19 de dezembro de 2007, que institui o "Programa São Paulo PROTEGE" no Município de São Paulo.

- Decreto Municipal nº 54.655, que institui o Plano Municipal de Ações Articuladas para as Pessoas com Deficiência – Plano São Paulo Mais Inclusiva;

Matéria DSP 21782/2025. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 11/09/2025 e juntado ao PL 524/2025 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=667488.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 9/09, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Cuidador Cidadão, destinado a promover o cuidador voluntário de pessoas com deficiência, e dá outras providências;

- PL 662/21, que institui no âmbito do Município de São Paulo o programa de saúde Cuidando de Quem Cuida, cria a carteira de identificação do cuidador, e dá outras providências.

- PL 540/24, que institui o “Auxílio do Cuidado” para as pessoas que saem de seus empregos para cuidar de indivíduos que se encontram acamados, e dá outras providências

- PL 293/25, que institui a Política Municipal de Cuidados.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 11 de setembro de 2025.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 21782/2025. Documento assinado digitalmente por JULIANA DE MELO TRINDADE SILVA em 11/09/2025 e juntado ao PL 524/2025 por Juliana de Melo Trindade Silva. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=667488.